

A Educação em Prisões e o Papel da Universidade Pública

The Political Pedagogical Project of Education in Prisons and the Role of the Public University

RESUMO

O artigo constitui um relato que articula iniciativas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Gepêprivação a partir da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo como parte de uma iniciativa mais ampla denominada O Projeto Político Pedagógico da Educação em Prisões. Por meio da pesquisa diagnóstica identificaram-se cerca de 10 mil pessoas privadas da liberdade no entorno da USP, o que nos conduziu à reflexão sobre e a responsabilidade da universidade pública no Brasil frente a esta grave questão social. São partes constituintes destas experiências uma disciplina obrigatória Curso de Pedagogia com estágio curricular e uma pesquisa de doutoramento que, juntas, fomentaram atividades de extensão universitária para alunos de graduação lecionarem dentro de uma prisão feminina na cidade de São Paulo, um curso de formação de professores e um ensaio quanto à necessidade de mapeamento do território para articular as competências da universidade pública com as necessidades dos sistemas prisional e socioeducativo no Estado de São Paulo.

Palavras-chave: Educação em Prisões. Pedagogia Social. Universidade de São Paulo.

ABSTRACT

The article is an account that articulates initiatives of teaching, research and extension developed by Gepêprivação from the School of Education of the University of São Paulo as part of a larger initiative called The Political Project Pedagogical of Education in Prisons. Through the diagnostic research, about 10,000 people were deprived of their liberty in the vicinity of USP, which led us to reflect on and the responsibility of the public university in Brazil in face of this serious social issue. These are part of these experiences a compulsory course Pedagogy course with a curricular internship and a doctoral research that, together, promoted university extension activities for undergraduate students to teach in a female prison in the city of São Paulo, a teacher training course and an essay on the need

ROBERTO DA SILVA,
CAROLINA BESSA
FERREIRA DE OLIVEIRA,
CLARISSA DOS SANTO
BITENCOURTH, MARCIA
REGINA GUERREIRO
ZAMBONI E PATRÍCIA
MENDES

Universidade de São Paulo.
Escola de Artes, Ciências e
Humanidades, São Paulo/SP,
Brasil.

for mapping the territory to articulate the competencies of the public university with the needs of the prison and socio-educational systems in the State of São Paulo.

Keywords: Prison Education. Social Pedagogy. University of São Paulo.

INTRODUÇÃO

As universidades como locus de produção de conhecimento, tem o papel preponderante de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade. Nas palavras de Ranieri [1] “no caso das universidades públicas, agrega-se a esta responsabilidade o dever de servir democraticamente a toda a coletividade, o que as identifica com os demais estabelecimentos de ensino oficiais”, de modo que a natureza pública se revela a partir dos benefícios que ela produz como disseminar o conhecimento gerado, formar novos profissionais e gestores.

De acordo com o artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996 [2], a educação superior tem como finalidades, entre outras, estimular a criação cultural e o desenvolvimento científico, formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, promover a extensão e atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica.

Para cumprir essas finalidades, deve abranger ensino superior, pesquisa acadêmica e extensão universitária, que são eixos formadores do tripé constituinte da educação superior. As universidades devem, portanto, obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, nos termos do artigo 207 da Constituição Federal [3].

As universidades são definidas pelo artigo 52 da LDB como “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” e são caracterizadas pela “produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional”.

Gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, nos termos do artigo 207 da Constituição Federal. No exercício dessa autonomia, a universidade tem atribuições de propor planos, programas e atividades de pesquisa e de extensão, elaborar seus regimentos e currículos, observando a gestão democrática, no caso das instituições públicas.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei Nº 13.005, de 25 de Junho de 2014 [4] institui pelo menos três metas sobre a educação para pessoas em regimes de privação da liberdade, quais sejam:

7.24) implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

9.8) assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

10.10) orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

Estas inserções no PNE visam atender aos termos da Resolução CNE Nº 2, de 19 de Maio de 2010 [5] que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais e que prevê a necessidade de parcerias estratégicas nos seguintes termos:

A gestão da educação no contexto prisional deverá promover parcerias com diferentes esferas e áreas de governo, bem como com universidades, instituições de Educação Profissional e organizações da sociedade civil, com vistas à formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade. [5]

Estas orientações são referendadas em 24 de Novembro de 2011 com a edição do Decreto nº 7.626, que institui o *Plano Estratégico da Educação no Âmbito do Sistema Prisional* [6] ao determinar que “O PEESP contemplará a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos, a educação profissional e tecnológica, e a educação superior.” (Art. 2º).

Aplicada à normatização supra ao Estado de São Paulo constatamos que de acordo com dados do INEP/MEC, do Censo da Educação Superior de 2013 [7], o Estado conta com 590 instituições de ensino superior, sendo 147 localizadas na capital e 443 no interior. Destas, temos 90 IES públicas, dentre Universidades, Centros Universitários, Faculdades, IFES e CETEs. As universidades públicas no Estado totalizam 8, sendo 5 no interior e 3 na capital.

A partir da identificação de universidades públicas, seus campi, núcleos ou centros de pesquisa, presentes no território do Estado de São Paulo, e da distribuição espacial das unidades prisionais, foram possíveis produzir um mapa de possibilidades de encontros possíveis entre prisão e universidade.

Assim, dada à extensão do território do Estado e a quantidade significativa de unidades prisionais e população prisional, frente ao total no Brasil, buscou-se fazer um cruzamento de informações e análises, a partir do território e mapas de localização.

Os dados atualizados do *Plano Estadual de Educação nas Prisões do Estado de São Paulo – exercício 2015-2016* [8], elaborado pela SEE e SAP informam a existência de 168 unidades prisionais e a oferta de educação escolar – nível educação básica em 135 unidades, com 615 salas de aula em funcionamento e 1.045 professores da rede estadual com aulas atribuídas.

Ademais, o PEESP indica que a oferta da educação básica, no período de elaboração

do Plano, cobria 7% da população prisional no Estado, o que incluía 12.637 matriculados na rede estadual de ensino, enquanto a oferta de ensino superior cobre 0,2%, apresentando o número absoluto de 47 pessoas em situação de privação de liberdade envolvidas com ensino superior.

Em relação à demanda, o Plano indica o perfil de escolaridade da população prisional paulista, segundo o qual a maior parte (47%) da população prisional em São Paulo tem Ensino Fundamental incompleto, 3% estão analfabetos, 12% com Ensino Médio completo e 1,2% com Superior incompleto, de acordo com a tabela, os números totais do perfil de escolaridade e seus percentuais, extraída do Plano:

Tabela 1 – Plano Estadual de Educação nas Prisões do Estado de São Paulo – exercício 2015-2016, elaborado pela SEE e SAP, em 2014.

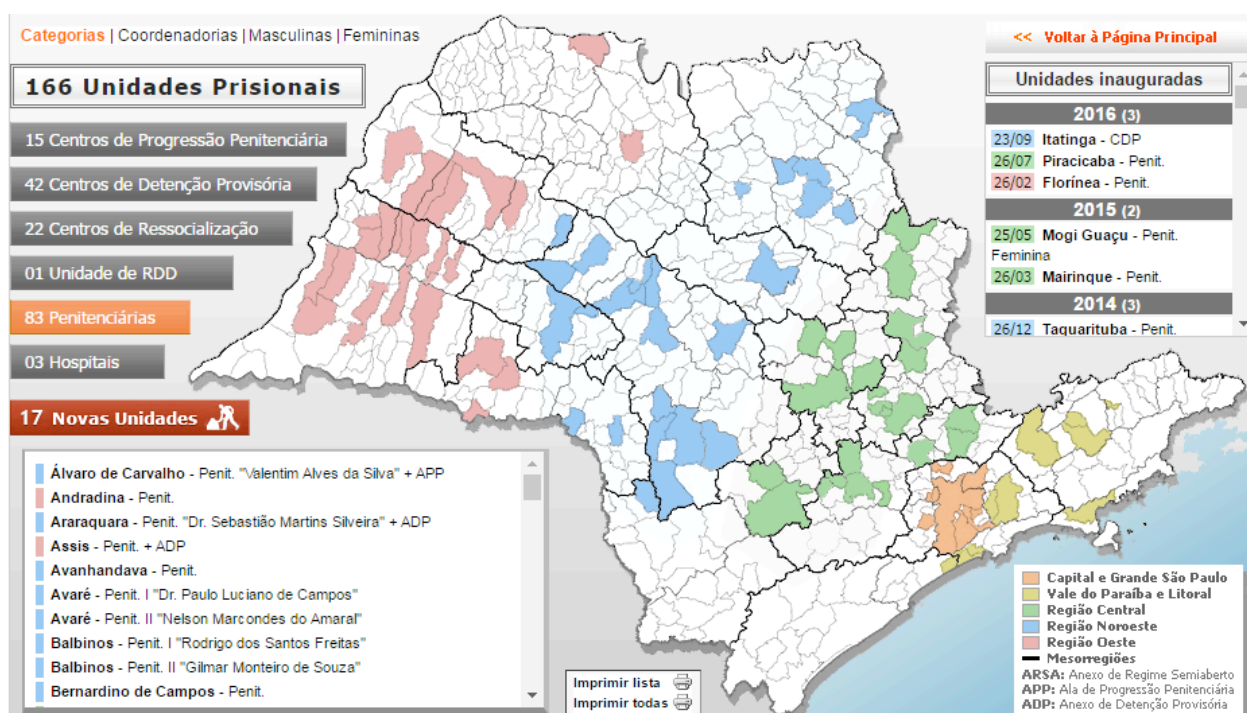
	Nº	%
POPULAÇÃO PRISIONAL	215.874	100%
ANALFABETOS	7.134	3%
FUNDAMENTAL INCOMPLETO	100.571	47%
FUNDAMENTAL COMPLETO	35.945	17%
ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	36.956	17%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	25.250	12%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	2.559	1,2%
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	1.048	0,5%
ACIMA DO SUPERIOR	27	0,01%
NÃO INFORMADO	6.384	3%

O mesmo Plano cita algumas experiências isoladas de acesso ao ensino superior por parte de presos do regime semiaberto: 11 presos na Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região do Vale do Paraíba e Litoral - COREVALI em cursos de Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Enfermagem, Engenharia Civil, Fisioterapia, Letras e Marketing; 12 presos estudando na Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste em cursos de Pedagogia, Tecnologia em Gestão Ambiental, Engenharia de

Produção, Gestão de Recursos Humanos, Direito, Engenharia Elétrica e Administração de Empresas.

No que diz respeito às universidades públicas presentes no Estado de São Paulo¹, estadual e federal, o levantamento da localização das unidades prisionais do Estado e a presença das universidades públicas no território paulista, foi realizado no intuito de vislumbrar possíveis sinergias entre Educação e Execução Penal[10].

Figura 1 – Distribuição das Unidades Prisionais (SAP) no Estado de São Paulo – 166 unidades, sendo 146 masculinas e 20 femininas. Fonte: <<http://www.sap.sp.gov.br/uni-prisionais/pen.html>>



OBS: Há Hospitais de Custódia que abarcam homens e mulheres.

No mapa da SAP, podemos identificar as regionais em que está dividida a gestão das unidades prisionais no Estado: a) Capital e Grande São Paulo, b) Vale do Paraíba e Litoral, c) Região Central, d) Região Noroeste, e) Região Oeste; bem como a presença das universidades identificadas por diferentes cores.

1 No tocante à universidade ou instituições de ensino superior de natureza privada, há disponível um mapa, de 2012, que poderá ser objeto de aprofundamento na pesquisa. Disponível em: <http://www.semesp.org.br/porta/pdfs/publicacoes/mapa_do_ensino_superior_sp_2012.pdf>. Acesso em: 30/01/2017. [9]

A princípio, em relação às universidades públicas presentes no território paulista, identificamos as IES, listadas abaixo, seguidas dos mapas das unidades da UNESP e da USP^[11]:

1. Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) – presente em 24 cidades no Estado, sendo 22 no interior, 1 na capital e 1 em São Vicente. Possui 34 unidades. [11].
2. Universidade de São Paulo (USP) – 8 campi universitários, em São Paulo, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto, São Carlos, Bauru, Lorena e São Sebastião, além de 16 Centros de Pesquisa pelo Estado;
3. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – 24 unidades de ensino e pesquisa, divididas em 10 institutos e 14 faculdades. Campus em Campinas (Barão Geraldo), Piracicaba, Limeira, Paulínia. Também possui dois colégios técnicos (Limeira e Campinas) ;
4. Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) – presente em São Carlos, Araras, Sorocaba e Buri ;
5. Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – 5 campi – Baixada Santista, Diadema, Guarulhos, Osasco, São José dos Campos, São Paulo;
6. Universidade Federal do ABC (UFABC) – 2 campi – Santo André e São Bernardo .

Além dessas, a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), criada em 2012, é considerada pelo governo paulista, a quarta universidade estadual paulista, com oferta de cursos gratuitos de graduação, pós-graduação e extensão oferecidos por meio das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIC), à distância e semipresenciais.

A UNIVESP afirma usar a tecnologia a serviço da cidadania, sob o lema “o conhecimento como bem público”, disponibilizando no *Youtube* todo o conteúdo produzido



Figura 2 – Distribuição das Unidades da UNESP no Estado de São Paulo. Fonte: <<http://www.unesp.br/portal#!/unidades>>

2 Nesse estudo, consideramos apenas as universidades públicas, não incluindo os Institutos Federais e FATEC, considerando o maior potencial de atuação daquelas e o tripé constituinte que as caracteriza com maior evidência.

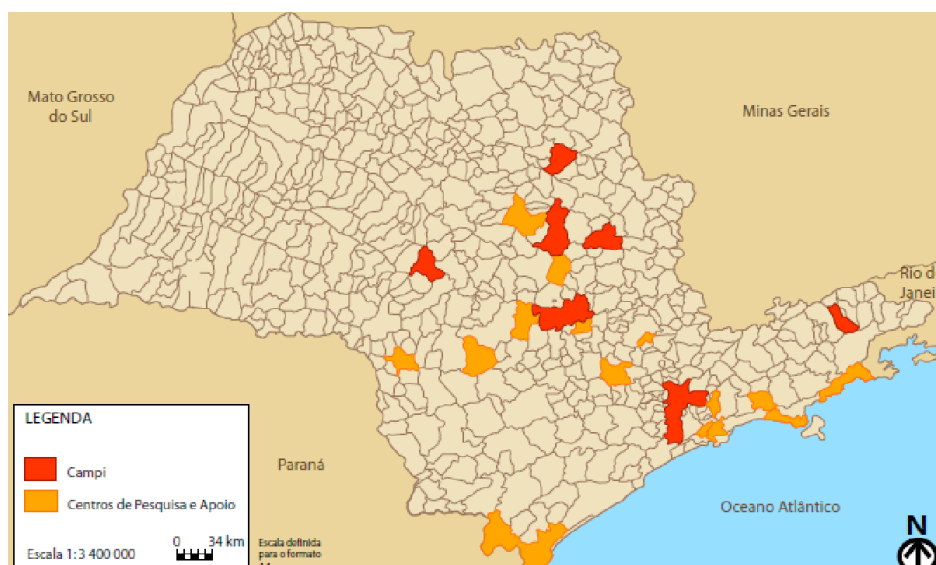


Figura 3 – Distribuição das Unidades da USP no Estado de São Paulo. Fonte: <<http://www.usp.br/mapas/saopaulo.html>>

pela Univesp TV, para ser utilizado como material de apoio aos estudos. São aulas, cursos livres e programas com temas variados. Oferece em seu *site* recursos educacionais abertos (jogos, mapas e infográficos interativos) para estimular o interesse, promover o engajamento e facilitar a aprendizagem.

A seguir, apresentamos a distribuição das unidades das Universidades citadas no território do Estado, como mostrado em mapas obtidos nos portais eletrônicos.

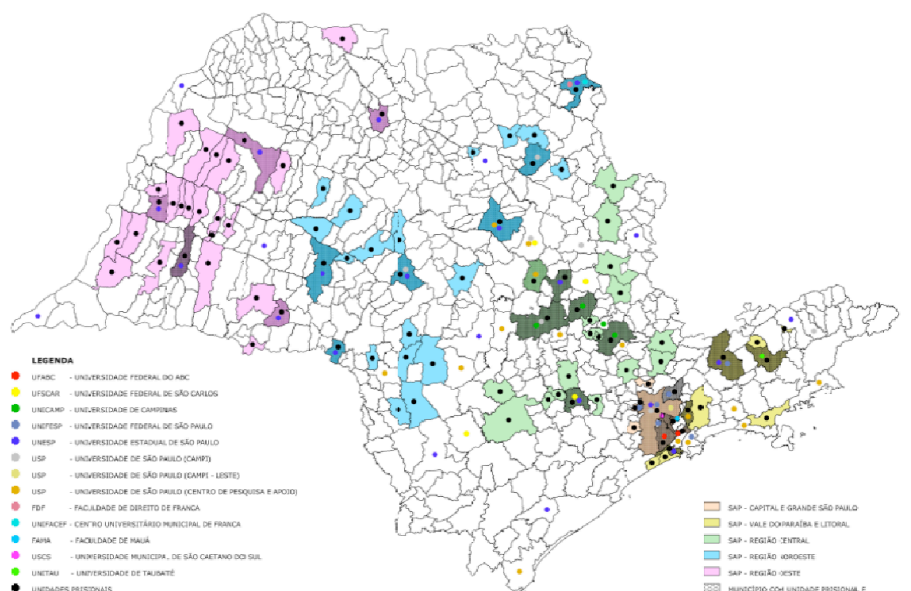


Figura 4 – Distribuição das universidades federais, estaduais, municipais e unidades prisionais do estado de São Paulo. Fonte: produzido pela autora, com dados públicos de 2016. (Vale destacar que o número de unidades prisionais é crescente no Estado - como anuncia o link da SAP, que já agregou novas unidades após a elaboração do MAPA no início do ano de 2016: <<http://www.sap.sp.gov.br/uni-prisionais/pen.html>>

A priori, os mapas demonstram a proximidade em relação à região central, assim como se verifica a presença da USP. A UNESP, por sua vez, está distribuída em todo o Estado de São Paulo, aspecto que facilitaria a promoção de ações de ensino, pesquisa e extensão, potencialidade evidenciada pela proximidade e contexto.

É possível verificar que em todas as regiões há presença das universidades, com maior concentração na região central e no Vale do Paraíba e Litoral, conforme mapa a seguir produzido:

Como se depreende dos dados acima, para as 168 unidades prisionais existentes no Estado de São Paulo temos 38 unidades universitárias com capilaridade por todo o Estado, além de uma universidade virtual o que, em tese, é possível conceber uma ideia de territorialização no sentido de que cada Coordenadoria da SAP tenha a colaboração das unidades universitárias sediadas em seu território de atuação.

A título de exemplo, vamos explorar a triangulação entre a Universidade, a Coordenadoria da Região Metropolitana (COREMETRO) e a Diretoria Regional de Ensino Centro Oeste no que consideramos o território de abrangência da USP, na Zona Oeste da cidade de São Paulo e que inclui os municípios circunvizinhos como Osasco, Carapicuíba, Itapeverica da Serra, que possuem unidades prisionais.

Itapeverica da Serra 1.702 homens; CDP I de Osasco, 998 homens; CDO II de Osasco 990 homens; CDP I de Pinheiros, 1.369 homens; CDP II de Pinheiros, 1.578 homens; CDP II de Pinheiros, 1.661 homens; CDP IV de Pinheiros, 288 Homens; Centro de Progressão Penitenciária do Butantã, 991 mulheres, o que soma 9.577 presos e ao qual se somam os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em unidades da Fundação CASA.

As ações a seguir descritas são desenvolvidas por um único grupo de pesquisa – GEPÊPRIVAÇÃO (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação em Regimes de Privação da Liberdade), sediado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Além das pesquisas regulares de mestrado, doutorado e pós-doutorado, o GEPÊPRIVAÇÃO tem desenvolvido as seguintes ações:

- » Consultoria aos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná e Bahia na elaboração do Plano Estadual de Educação em Prisões.
- » De 26.02.2013 a 30.06.2013 - Curso de Atualização Teoria e Prática do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- » 2014 – Publicação do livro Pedagogia Social - Vol. VI - Ciência da Delinquência: o olhar da USP sobre o ato infracional, o infrator, as medidas socioeducativas e suas práticas.
- » De 13/07/2015 a 13/07/2015 - Educação e redução da maioria penal: o que temos a dizer.
- » De 01/08/2015 a 31/07/2016 – Projeto de Pesquisa O PPP da Educação em prisões.
- » De 27/10/2016 a 27/10/2016 - Roda de Conversa sobre Educação em prisões.
- » De 15/10/2016 a 15/12/2016 - Curso preparatório ao ENEM 2016 para mulheres presas.
- » 2016 – Conclusão do Programa de Pós-Doutoramento de Márcio Masella com entrega do Relatório de Pesquisa intitulado *A Educação e as propostas de redução*

da maioria penal no Brasil: monitoramento da PEC 171/93.

- » De 05.08.2017 a 09.12.2017 – Curso de Aperfeiçoamento Docência em Regimes de Privação da Liberdade.

A USP E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO EM PRISÕES

A educação em prisões é a última grande fronteira da Educação a ser rompida. Tendo como referência a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 [2], constatam-se, sem possibilidades de erro, que a pretensa universalização da Educação Básica contemplou todos os novos sujeitos de direitos que emergiram da obscuridade após o processo de redemocratização do país. Crianças, adolescentes, deficientes de todos os tipos, índios, negros, quilombolas, comunidades rurais, pessoas itinerantes ou em situação de rua, adolescentes privados da liberdade, crianças hospitalizadas, público LGBT, população de fronteiras, todos foram de alguma forma contemplados na política pública de Educação no Brasil. Até a edição das Diretrizes Nacionais para Oferta da Educação para Jovens e Adultos em Estabelecimentos Penais por parte do Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2 de maio de 2010, a oferta de Educação à população presa era vista como privilégio e não como direito.

A Educação em Prisões foi regulamentada por meio da Resolução nº 2 do CNE [5], à qual se seguiu o Decreto nº 7.626/2011, que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do sistema prisional [6] por meio do qual todos os estados foram compelidos a desenvolverem os respectivos planos estaduais de Educação em prisões e, no mesmo ano, a Lei 12.433/2011, de 29 de junho [12], que regulamentou a remissão da pena por meio dos estudos para a pessoa presa.

O Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação em Regimes de Privação da Liberdade (GEPÊ-Privação), sediado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, além de acompanhar toda a discussão e a regulamentação do tema, teve atuação importante na assessoria a diversos estados da federação para elaboração do Plano Estadual de Educação em Prisões, exigência colocada em lei.

A inserção do tema na Universidade de São Paulo, especialmente a partir do GEPÊ-Privação e da Faculdade de Educação tem se dado por meio de Rodas de Conversa, da disciplina EDA 5024 – O Direito à Educação – de orientação de pesquisas de mestrado e de doutorado e publicação de artigos, de cursos preparatórios para o ENEM e curso de aperfeiçoamento para professores que atuam em unidades de privação da liberdade.

No segundo semestre de 2014 o programa Aprender com Cultura e Extensão aprovou o projeto intitulado O Projeto Político Pedagógico da Educação em Prisões, concedendo duas bolsas, a partir do qual desencadeamos uma série de ações junto às unidades prisionais mais próximas da USP.

O PPP das Prisões parte da premissa de que a população prisional no Brasil é predominantemente jovem, de baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, afrodescendente e oriunda de periferias urbanas, que acumula déficits em quase todas as

áreas e para quem falharam as instâncias tradicionais de socialização como a família, a religião, a escola, a comunidade, o mercado de trabalho e as políticas públicas. No Brasil o tempo médio de permanência na prisão é de oito anos, o que nos parece um tempo demasiadamente longo, mas suficiente para pensar um processo de escolarização e de profissionalização desta população. Com cerca de 1.800 unidades prisionais no Brasil e mais de 700 mil presos é necessário pensar a gestão da pena e da prisão, do ponto de vista pedagógico, a partir de um projeto pedagógico que considere as necessidades educacionais do ser humano preso, a qualidade do seu retorno à sociedade e a resposta que a sociedade e o Estado dão a estas pessoas, que não pode ser somente de naturezas repressivas e punitivas.

O PPP assim concebido aproveita o know how de ser um instrumento de planejamento, organização e orientação das atividades no âmbito da escola pública, mas visa articular a área de conhecimento presentes no universo prisional e não apenas conteúdos curriculares, resignificando as chamadas “assistências” preconizadas pela Lei de Execução Penal [13] transformando-as em práticas de Educação Social. Assistência material (Art. 11, I) pode fazer educação financeira e patrimonial; assistência à saúde (Art. 11, II) pode fazer educação em saúde; assistência jurídica (Art. 11, III) pode fazer educação em direitos; assistência social (Art. 11, V) pode fazer educação para a cidadania e direitos humanos assim como a assistência religiosa (Art. 11, VI) pode fazer educação em valores. E a própria assistência educacional (Art. 11, IV) não pode se limitar à mera escolarização, pois as deficiências apresentadas por presos e presas vão muito além das habilidades e competências escolares.

Por força da pesquisa de doutorado de Carolina Bessa, nos propusemos a fazer um levantamento do que é a realidade da privação da liberdade no entorno da USP. Para nossa surpresa identificamos que entre adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, presos provisórios, presos em regime fechado e semiaberto têm mais de 10 mil pessoas invisibilizadas por altas muralhas na Região Oeste da cidade de São Paulo, o perímetro urbano de impacto mais direto da USP, mas que a própria USP desconhecia o problema e que não havia nem uma ação, seja ela de ensino, de pesquisa ou de extensão que se propusesse a tematizar a questão como um problema tanto de pesquisa quanto de política pública.

Como parte do projeto PPP das Prisões iniciamos no segundo semestre de 2016 o Curso Preparatório ENEM 2016 para mulheres presas no Centro de Progressão Penitenciária Feminino do Butantã (CPPFB), com o envolvimento de 22 alunos e alunas do Curso de Pedagogia. Foram feitas todas as tratativas preliminares para obtenção de autorização por parte da Secretaria da Administração Penitenciária, aprovação por parte de seu Comitê de Ética e autorização da direção da CPPFB. O que aconteceu a partir da primeira entrada na prisão vai ser relatado por duas das protagonistas – alunas do Curso de Pedagogia da FEUSP.

Aulas na Prisão (por Clarissa dos Santo Bitencourth)

Durante o segundo semestre do ano de 2016, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, ao cursar a disciplina de Política e Organização da Educação Básica II, com o Professor Roberto da Silva, fomos convidados a participar de uma experiência no campo da Pedagogia Social em educação para pessoas privadas de liberdade.

O docente da disciplina disponibilizou textos e legislações sobre esta temática e nós, discentes interessados, começamos a nos reunir para planejar as ações juntamente com o professor. A proposta de estágio da disciplina foi articulada com um projeto de extensão e implicava em organizar um Curso Preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio para pessoas privadas de liberdade (ENEM/PPL). Primeiramente, visitamos a Escola Estadual responsável pelo ensino da Penitenciária Feminina do Butantã, onde conhecemos os professores da rede estadual que atuam na referida unidade prisional e receber orientações.

Na primeira visita à Penitenciária Feminina do Butantã fizemos uma roda de conversa com as mulheres presas inscritas e escutá-las foi impactante para todos os alunos do grupo de graduandos.

Percebemos nelas um discurso recorrente sobre os motivos do abandono escolar apontados por elas, como: falta de condições familiares, uso de drogas, gravidez precoce, problemas vivenciados na escola, exclusão e múltiplas reprovações.

Também observamos que elas entendiam que a oportunidade de estudar durante o cumprimento da pena era algo benéfico para elas, já que na idade escolar elas foram privadas ou excluídas de usufruir de um dos direitos humanos mais básicos que se pode ter que é o direito à Educação.

Nesta penitenciária havia cerca de 1.200 presas e apenas 90 mulheres interessadas no curso. No que se referem aos motivos para não frequentarem a escola na prisão, destacaram: a falta de estímulo ou desejo; estar grávida ou ter tido o filho na prisão; angústia e depressão e necessidade de trabalhar para reduzir o tempo de condenação. Por isto, em nosso primeiro dia contávamos com cerca de 40 alunas e este número foi sendo reduzido pela preferência delas em trabalhar, uma vez que as ajudaria mais do que a realização do curso no momento. No decorrer, propomos uma redação cujo tema foi: "Minha trajetória escolar". Elas narraram suas histórias e ficamos perplexas quando lemos e percebemos novamente que, muitas delas, tiveram o direito à educação na infância e adolescência negadas por diversas conjunturas sociais, mas estavam ali agora, dedicadas aos estudos e empolgadas por conseguir, mesmo que na prisão, completar o ensino fundamental e médio, desejando ingressar no ensino superior.

Na organização do grupo, eu e outra colega, ficamos responsáveis pelo conteúdo curricular de Geografia, os conteúdos foram divididos de acordo com as exigências do ENEM para Pessoas Privadas de Liberdade, eles foram divididos por dia da semana e área do conhecimento, e sexta-feira foi reservado para o plantão de dúvidas.

Nosso intuito não era transformar este preparo para o ENEM fragmentado como na educação formal, aulas com tempos cronometrados e assuntos que não conversam entre si, por isso dedicaram esforços, reuniões, encontros e conversas para fazer com que os conteúdos fossem sincronizados e ampliasse o conhecimento com diversos

tipos de abordagens. Foi então que decidimos que cada aula teria um tema a ser trabalhado em diversas áreas do conhecimento. Tomarei como exemplo nosso primeiro tema que foi a água, a partir do qual trabalhamos os aspectos históricos (o papel da água para as primeiras e atuais civilizações), e também aspectos geográficos, químicos, físicos, artísticos, literários, entre outros que permitissem compreender melhor, analisar e ter um pensamento crítico-reflexivo sobre os assuntos e suas implicações.

A empolgação do grupo de estagiários era visível, mas não maior do que a das alunas que, em certo momento, ficaram em número reduzido, pois muitas precisavam trabalhar, mas nos pediam para deixar os textos das aulas com elas, para estudar quando pudessem e, com o devido cuidado, entregávamos a elas as folhas (porque nos foi orientado não entregar nada com grampos nem encadernação em espiral, por exemplo).

As aulas tinham sempre muitas participações das alunas, discussões que transcendiam o tema e uma parte de compartilhamento sobre as experiências vividas e os sonhos. As aulas sobre mobilidade urbana, democracia e gênero promoveram debates importantíssimos para nossa formação. Por fim, fizemos uma simulação do ENEM com as mulheres e percebemos que a maioria foram muito bem na parte de ciências humanas e suas tecnologias, mas havia um déficit em ciências das naturezas e exatas. Algo que se houvesse mais tempo poderiam ser supridas com a participação de estudantes destas áreas.

Gostaria de agradecer ao Professor Roberto da Silva, a Faculdade de Educação da universidade de São Paulo e a Secretária de Educação do Estado de São Paulo, por esta parceria e pela chance de participar de algo que me fez ter outro olhar sobre as pessoas que estão privadas de liberdade, conhecer o campo da Pedagogia Social e me tornar uma pessoa com olhar mais humanizado. Acredito que foi um tempo restrito para fazer algo que precisaria de maior duração para uma efetividade maior, sugiro que seja feita uma proposta com a abertura de um projeto de extensão universitária com bolsa, e ampliá-lo aos graduandos, justamente para ajudar nas áreas de ciências exatas e da natureza, porque muitas vezes os pedagogos são mais preparados para lidar com ciências humanas e como o projeto de extensão universitária com bolsa tem duração de um ano, seria algo mais efetivo, pois em um planejamento anual haveria tempo hábil para uma preparação melhor ao ENEM PPL.

Um Mundo Paralelo (por Marcia Regina Guerreiro Zamboni)

O dia começa cedo, durante alguns meses minhas terças-feiras foram diferentes, pois eu entrava em um mundo totalmente diverso do meu, estagiar e lecionar no Centro de Progressão Penitenciária Feminina Dra. Marina Marigo Cardoso de Oliveira do Butantã.

Quando assistimos pela televisão alguma referência ao sistema prisional temos uma primeira visão e esta cercada de preconceitos ou julgamentos. O mais próximo que eu havia chegado em relação a este tema foi a entrada em uma delegacia de polícia.

A experiência de adentrar aqueles muros que são invisíveis à sociedade nos modifica como ser humano no sentido de poder rever alguns valores e também de supervalorizar outros, principalmente porque há uma identificação de gênero: dos 25 alunos da USP participantes do projeto 22 eram mulheres, agora confrontadas com

outras mulheres presas e separadas por dois mundos tão diferentes.

Dentro da prisão um mundo sem nenhuma oportunidade e aqui do lado de fora um mundo repleto de escolhas, podendo estudar e trabalhar. Apesar de estarem no regime semiaberto algumas mulheres não saíam da penitenciária, pois não trabalhavam.

Em uma ocasião, chegando à região do Metrô Butantã para pegar o ônibus em direção à penitenciária escuto um grito: - Professora Márcia! Quando eu olho era uma das minhas alunas indo trabalhar. Acenei com um oi, recebi um sorriso e ela se perdeu em meio à multidão.

Neste dia, refleti com uma colega que também participou do estágio comigo e ficamos horas nos perguntando sobre isso. Na multidão ninguém sabia da vida daquela mulher que pegava o metrô como eles. Esta simultaneidade de espaços e tempos era momentânea, por algumas horas aquela mulher tinha o poder da liberdade, mas mal sabiam aquelas pessoas que a liberdade daquela mulher terminaria no final da tarde, enquanto eles iriam para os seus lares limpos e quentes para receber o afeto de seus familiares e ela voltaria para a penitenciária sem qualquer outro privilégio. Alguns poderiam dizer: ela escolheu isso! Será mesmo?

A pergunta que eu faço: o que deu errado na vida dessas mulheres?

Durante o estágio na prisão fui surpreendida por acontecimentos pessoais que me colocaram ainda mais perto desse mundo. Como filha adotiva não soube do paradeiro da minha família biológica por muitos anos e coincidentemente esta família apareceu em minha busca durante o estágio. Em conversa com minha irmã biológica mais velha descobri que tive um irmão que primeiramente esteve na antiga FEBEM e posteriormente, na maioridade, foi preso por tráfico de drogas, permanecendo numa penitenciária por longos anos e sendo infelizmente morto em perseguição policial.

Naquele momento vieram muitas reflexões alinhadas à pergunta que fiz anteriormente: o que deu errado? Um jogo de oportunidades ou escolhas mal sucedidas?

Depois daqueles meses, ainda não tenho a resposta para ambos os casos. O julgamento é muito fácil para quem está em mundo confortável.

Eu entrei todos os dias na Penitenciária deixando meus questionamentos no lado de fora daquele portão de ferro imenso e imponente. A revista para entrar na Penitenciária gera certo incômodo, a desconfiança é um sentimento frequente, as trancas anunciam que é o momento de se despir de todo e qualquer julgamento, mas isso não é fácil, e sim um exercício diário de alteridade.

O melhor momento do dia, a aula, lecionando Língua Portuguesa e Redação, aqueles mundos passaram a ser um só, não havia mais aquela dicotomia entre nós e com o tempo mais próximos eles ficavam. As alunas presas interagiam com os temas, tinham suas opiniões, isto facilitava muito as aulas, e sempre ficava surpreendida com os conhecimentos delas.

Ao término das aulas, as meninas - eu as chamava assim -, desabafaram as suas vidas, seus medos e seus erros. Saí com a certeza de ter feito o meu melhor diante de tanta adversidade, mas acima de tudo me convenci de que a Educação ainda é capaz de transformar sujeitos que são expostos a tantas desigualdades e que pude aperfeiçoar minha própria sensibilidade.

O mundo da prisão é completamente diferente do mundo em liberdade; talvez o

encontro destes dois mundos – o acadêmico e o prisional - seja uma oportunidade para reinterpretar nossos próprios valores, de exercitar a capacidade de compreender nossas verdades que no confronto com outros mundos logo são transformadas em outras verdades.

Assim, então, a experiência de conhecer o que é e como é feita a Educação dentro da prisão foi de suma importância para a minha formação como futura profissional da Educação e para o meu crescimento pessoal, pois me proporcionou o despertar da consciência para um mundo que eu não sabia que existia.

Descobrimo-se professora (por Patrícia Mendes)

Esta proposta de estágio diferenciava-se das demais, pois exigiria dos graduandos um trabalho de concepção, planejamento e execução de um curso intensivo preparatório para o ENEM PPL (prova diferenciada para pessoas privadas de liberdade e jovens sob medida socioeducativa) oferecido às reeducandas que lhes possibilitariam, caso atingissem pontuação necessária, o certificado de conclusão do ensino médio e, com a consequente conclusão de um nível de ensino, redução da pena.

O desafio e o medo eram grandes, mas não maiores do que o desejo por ingressar em um universo desconhecido. O medo, ou melhor, os meus medos, eram de não conseguir atender às expectativas de minhas alunas; de não conseguir explicar os conteúdos de forma clara; de não conseguir criar laços com elas; de descobrir que escolhi a profissão errada, afinal de contas nunca havia lecionado. Mesmo com todas essas questões resolvi me candidatar ao estágio disponibilizando-me para dar aulas de geografia - matéria que tenho mais afinidade.

Talvez uma das aulas que mais tenha nos aproximado tenha sido a de gênero. Levei para elas definições de algumas características do conceito, gráficos e tabelas com informações como taxa de homicídio de mulheres no Brasil e no mundo, proporção de trabalho formal e informal conforme o sexo, rendimento real do trabalho das pessoas ocupadas, também por sexo no Brasil, número e estrutura de atendimento de mulheres pelo SUS, segundo tipo de violência e etapa do ciclo de vida entre outros. Meu intuito era que elas pudessem entender os gráficos e tabelas - recursos muito utilizados nas provas do ENEM - e a partir dos dados tentassem criar argumentos para explicá-los ampliando e aprofundando seus conhecimentos acerca do assunto, entendendo que a violência contra a mulher em uma sociedade patriarcal como a nossa se dá de diversas formas e de maneira mais ou menos intensa de acordo com a raça, etnia, religião, nível socioeconômico e região.

CONCLUSÃO

As experiências desenvolvidas pelo GEPÊprivação tem conseguido articular o ensino, a pesquisa e a extensão universitária no território de abrangência da USP, despertando grande interesse por parte de alunos de graduação, qualificando as pesquisas de

mestrado e doutorado e transformando em ações concretas os diagnósticos realizados. O Projeto Político Pedagógico da Educação em prisões possui múltiplas facetas, é, por definição, interdisciplinar e há várias interfaces que sequer foram tematizadas ainda como as questões relativas ao conhecimento científico empregado por presos para fazer frente à dura realidade do cárcere, o significado das artes, do esporte e da cultura, dimensões estas que podem ser exploradas no âmbito de uma universidade de status mundial e que contempla quase todas as áreas de conhecimento.

REFERÊNCIAS

- [1] RANIERI, Nina. **Autonomia Universitária**: as universidades públicas e a Constituição Federal de 1998. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- [2] BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 12 dez. 2014.
- [3] _____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 dez. 2014.
- [4] _____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Institui o Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 05 set. 2017.
- [5] _____. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). **Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 20, 20 maio 2010.
- [6] _____. Decreto nº 7.626, de 24 de dezembro de 2011. **Institui o Plano Estratégico da Educação no Âmbito do Sistema Prisional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7626.htm>. Acesso em 04 set. 2017
- [7] _____. **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 05 set. 2017.
- [8] SÃO PAULO. Decreto nº 57.238, de 17 de agosto de 2011. **Institui o Programa de Educação nas Prisões – PEP**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=161869>>. Acesso em 05 set. 2017.
- [9] **MAPA do Ensino Superior no Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.sesesp.org.br/portal/pdfs/publicacoes/mapa_do_ensino_superior_sp_2012.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2017.
- [10] SILVA, Roberto; MOREIRA, Fabio. Objetivos educacionais e objetivos da reabilitação penal: o diálogo possível. **Revista Sociologia Jurídica**, São Paulo, n. 3, 2006. Disponível em: <<https://sociologiajuridica.dotnet.wordpress.com/objetivos-educacionais-e-objetivos-da-reabilitacao-penal-o-dialogo-possivel/>>.

Acesso em: 05 jan. 2017.

- [11] UNESP. Disponível em: <<http://www.unesp.br/guiadeprofissoes>>. Acesso em: 13 set. 2017.
- [12] BRASIL. Lei nº 12.433, de 29 de Junho de 2011. Altera a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 (**Lei de Execução Penal**), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho.
- [13] BRASIL. 7210 n. 7210, de 11 de jul. de 1984. **Lei de Execução Penal**. Brasília, jul. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 05 jan. 2017.

ROBERTO DA SILVA professor Livre /docente junto ao Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, onde coordena o GEPEPrivação (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação em Regimes de privação da liberdade, responsável pelo Projeto Político Pedagógico da Educação em prisões cujas experiências são relatadas neste artigo – e-mail: kalil@usp.br

CAROLINA BESSA FERREIRA DE OLIVEIRA doutoranda da FEUSP sob orientação do Prof. Dr. Roberto da Silva. No dia 31.08.2017 defendeu a tese de doutorado intitulada Educação em Prisões: a responsabilidade da universidade pública. Integra o Núcleo de Inclusão Social da Secretaria Estadual de Educação, órgão responsável pela Educação em Prisões no Estado de São Paulo.

CLARISSA DOS SANTO BITENCOURTH aluna do Curso de Pedagogia da USP e integra a equipe de 25 alunos da disciplina EDA 222 – Política e Organização da Educação Básica, ministrada pelo Prof. Dr. Roberto da Silva, no âmbito da qual desenvolveram o projeto de Estágio intitulado Curso Preparatório ao Exame Nacional de Cursos 2016 (ENEM) para mulheres presas, no Centro de Progressão Penitenciária Marina Marigo Cardoso de Oliveira, na Zona Oeste de São Paulo.

MARCIA REGINA GUERREIRO ZAMBONI aluna do Curso de Pedagogia da USP e integra a equipe de 25 alunos da disciplina EDA 222 – Política e Organização da Educação Básica, ministrada pelo Prof. Dr. Roberto da Silva, no âmbito da qual desenvolveram o projeto de Estágio intitulado Curso Preparatório ao Exame Nacional de Cursos 2016 (ENEM) para mulheres presas, no Centro de Progressão Penitenciária Marina Marigo Cardoso de Oliveira, na Zona Oeste de São Paulo.

PATRÍCIA MENDES GOMES aluna do Curso de Pedagogia da USP e integra a equipe de 25 alunos da disciplina EDA 222 – Política e Organização da Educação Básica, ministrada pelo Prof. Dr. Roberto da Silva, no âmbito da qual desenvolveram o projeto de Estágio intitulado Curso Preparatório ao Exame Nacional de Cursos 2016 (ENEM) para mulheres presas, no Centro de Progressão Penitenciária Marina Marigo Cardoso de Oliveira, na Zona Oeste de São Paulo.